

**CONSELHOS E DEMOCRACIA DE MARTORANO:  
UMA VISÃO BURGUESA DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA**

Lucas Maia<sup>1</sup>

Todo indivíduo com inclinações revolucionárias questiona-se a respeito de como será organizada a sociedade que se erguerá dos escombros do capitalismo. Até mesmo os detratores das concepções autogestionárias, para justificar seus pontos de vista conservadores, exigem uma explicação mais ou menos crível de como seria esta tão sonhada sociedade do futuro.

Um outro questionamento muito comum, sobretudo dentro dos círculos militantes, diz respeito ao processo que porá fim ao modo de produção capitalista e construirá em seu lugar a sociedade comunista ou autogerida. Surgiu durante o século XX todo um conjunto de produções que derramou muita tinta sobre papel com vistas a esclarecer (intelectual e politicamente) o que na literatura socialdemocrata e bolchevique ficou conhecido como “fase de transição socialista”. Outras concepções, como a tendência conselhistas, por exemplo, ao discutir o processo revolucionário não abordam a questão utilizando o constructo “fase de transição socialista”. Retomaremos esta discussão mais à frente.

É tendo em vista esta discussão, que colocamos sob escrutínio o livro de Luciano Cavini Martorano – *Conselhos e Democracia: em Busca da Participação e da Socialização*, publicado pela editora Expressão Popular. Como se vê pelo título, a obra pretende analisar o significado e o papel dos conselhos operários no processo revolucionário, ou como denomina o autor: “fase de transição socialista” e a relação disto com a democracia, ou seja, a ampliação da participação democrática e da socialização.

Martorano inicia sua pesquisa a partir de um ponto de vista metodológico no mínimo questionável. A temática sobre a qual se debruça são os conselhos operários e o papel destes no processo de construção da “democracia socialista”. Os conselhos foram uma recorrência histórica durante todo o século 20. Onde quer que emergisse um processo

---

<sup>1</sup> Geógrafo. Professor do Instituto Federal de Goiás – Campus Aparecida de Goiânia. Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Editor da Revista Enfretamento. Militante Autogestionário. Autor dos livros Comunismo de Conselhos e Autogestão Social (Rio de Janeiro: Rizoma, 2015); As Classes Sociais em O Capital (Pará de Minas, 2011); A Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil (Goiânia, 2016).

revolucionário, lá estavam estas formas de organização. Tal luta concreta dos trabalhadores suscitou sempre uma produção intelectual que sedimentava tais experiências, dando-lhes um significado teórico e político. Mas os conselhos operários não são a única forma de organização que se desenvolveram ao longo da história das lutas operárias: os sindicatos, os partidos políticos, as cooperativas, associações de apoio mútuo etc. foram também recorrentes. Os partidos políticos e os sindicatos foram, contudo, aquelas experiências que mais se destacaram e mais tiveram significado ao longo das lutas do século 20. *Pari passo* a estas experiências concretas de organização, também produções intelectuais se associam imediatamente a fim de dar-lhe organicidade. Surgem assim as ideologias partidárias, sindicais, cooperativistas etc.

Nem sempre, contudo, tais ideias são harmônicas entre si. As ideias sindicalistas, partidárias, conselhistas conviveram durante o século passado geralmente em conflito. Assim, é estranho o ponto de partida de Martorano:

Não nos ativemos somente à produção de autores apresentados como sendo os “comunistas de conselhos”, como defende de forma restritiva Paul Mattick (...). Se assim o fizéssemos estaríamos excluindo da pesquisa autores como Lênin, Trotsky e mesmo Gramsci, entre outros. *Para nós, os “conselhistas” incluem todos aqueles que pensaram a questão dos conselhos operários em sua relação com o partido socialista e com o Estado operário, e não exclusivamente os que consideravam estes novos organismos como expressão automática da democracia direta e da superação dos partidos* (MARTORANO, 2011, p. 43).

Uma das características centrais da ideologia é realizar um discurso ilusório que sustente e fortaleça as ilusões. Esta proposição de Martorano é ilusória porque deseja estabelecer uma identidade onde na verdade sobressai a mais profunda contradição. Tal contradição é derivada da base material de onde se erguem as ideias de cada um destes autores. Ao fazer isto, Martorano fortalece a ilusão de que é possível edificar uma nova sociedade a partir das instituições da velha sociedade. Veremos os problemas desta tese mais adiante.

Os grupos “comunistas conselhistas”, no sentido restritivo de que fala Martorano, surgem num dado momento histórico expressando um conjunto de conflitos de grupos de interesse, que são na verdade expressão das lutas de classe mais gerais<sup>2</sup>. Após a primeira guerra mundial, estabeleceu-se no interior do movimento operário europeu um

---

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre a origem e características do Comunismo de Conselhos, confira nosso estudo Comunismo de Conselhos e Autogestão Social, (MAIA, 2015).

conjunto de tensões no campo político e intelectual, que era, na verdade, o resultado das contradições e lutas de classe concretas. As organizações tradicionais do movimento operário, herdadas do século 19, os partidos políticos socialistas e os sindicatos, já não mais expressavam os interesses revolucionários do proletariado. Estavam integrados à dinâmica de reprodução normal da sociedade burguesa. Em oposição a este estado de coisas, começa a se desenvolver em vários países (Rússia, Alemanha, Hungria, Itália etc.) organizações que os próprios operários criavam no processo de luta: os conselhos operários.

O surgimento destas organizações dos trabalhadores é o resultado de um conflito de classes no qual os trabalhadores tentam fazer valer seus interesses contra a classe capitalista. O que torna tal realidade mais complexa, é que neste contexto, os conselhos se formam não só em oposição aos capitalistas, mas também aos seus próprios dirigentes sindicais e partidários, ou seja, à burocracia dos partidos e dos sindicatos. O desenvolvimento destas organizações, dos conselhos operários, é o resultado de um longo processo de superação ou de conflito dos trabalhadores com suas antigas organizações para defender seus interesses contra seus atuais patrões.

Tal conflito de classes desenvolve-se também no campo da elaboração intelectual. Devido às características deste movimento e a influência que passam a ter dentro do movimento operário europeu, Lênin, um dos principais representantes ideológicos do Partido Comunista Russo, em 1920, escreve um panfleto intitulado *O Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. Este livrinho tinha em mira a influência que a esquerda extraparlamentar estava obtendo na Europa Ocidental, fugindo, portanto, ao alcance da política da III Internacional, completamente dominada pelos bolcheviques. As críticas dirigem-se a Sylvia Pankhurst, Amadeo Bordiga, os espartaquistas, mas sobretudo a Herman Gorter e Anton Pannekoek, os principais “representantes literários”, em Alemanha e Holanda, deste novo movimento operário que emergia em Europa.

As divergências entre os grupos e autores que expressavam os conselhos operários e aqueles que tentavam de diversas formas submeter o movimento dos

conselhos aos sindicatos e aos partidos políticos estavam dadas<sup>3</sup>. É dentro deste quadro que podemos avaliar o seguinte texto de Paul Mattick:

As organizações reclamando-se do “comunismo de esquerda” ou “comunismo operário” tiveram a sua origem na oposição de esquerda que se constitui antes, durante e imediatamente após a guerra nas fileiras dos partidos comunistas e socialistas. A ideia da gestão operária directa, a que davam a máxima importância, tomou forma real com o aparecimento dos “soviets” no decurso da revolução russa, do movimento dos *shop stewards* em Inglaterra durante a guerra, e dos delegados de fábrica, mais tarde conselhos de operários e de soldados na Alemanha, durante e depois da guerra. Todos estes grupos foram, em 1920, excluídos da Internacional Comunista. Foi contra eles, a fim de destruir a sua influência na Europa Ocidental, que Lenine redigiu *A Doença Infantil do Comunismo, “o Esquerdismo”* (1920). Eles consideravam a política dos bolcheviques como contrarrevolucionária, prejudicial aos interesses de classe do proletariado internacional (MATTICK, 1977, p. 84/85).

É um procedimento, pois, imprudente colocar num mesmo campo autores e perspectivas contrários. Lênin, Trotsky, Stálin, Mao, Bukhárin, Gramsci etc. não são conselhistas nem em sentido “restritivo”, nem em sentido “amplo”. São, isto sim, autores que se opuseram à lógica de organização dos conselhos operários, em detrimento da prática partidária e sindical. Até mesmo Gramsci, que em 1919 e 1920 realizou alguma reflexão sobre os conselhos operários, após a derrota das experiências revolucionárias em Europa abandona completamente este tipo de organização dos trabalhadores como instrumento de emancipação humana e adere irrestritamente às posições partidárias e sindicais<sup>4</sup>. Os autores conselhistas, no sentido “restritivo” são aqueles que expressaram teoricamente o movimento dos conselhos operários em oposição ao movimento operário “tradicional” como se referem os conselhistas em relação aos sindicatos e aos partidos políticos.

Esta excursão foi necessária para demonstrar que não se pode, em nome de uma pseudoidentidade, afogar todas as diferenças e divergências. Os autores bolcheviques não são conselhistas. A existência, inclusive, das duas palavras já nos serve de bússola de orientação. São duas tendências que expressam no campo intelectual e organizativo

---

<sup>3</sup> As respostas a este panfleto de Lênin não tardaram. Em 1920, Herman Gorter escreve uma longa carta a Lênin apontando as divergências entre ambos, demonstrando a limitação canhestra do texto de Lênin. Cf. Gorter (1980). Em 1921, Gorter escreve uma carta mais curta a Lênin, demonstrando que as críticas que ele tinha dirigido ao bolchevique em 1920 estavam corretas e o desenrolar dos acontecimentos da revolução alemã em 1920 e 1921 o demonstram que ele, e não Lênin, estava certo. Cf. Gorter (2015).

<sup>4</sup> Os ensaios de Gramsci sobre os conselhos estão reunidos em livro e disponível ao público. Cf. (GRAMSCI & BORDIGA, 1981).

perspectivas de classe distintas. Assim, somente no mundo da ideologia é que se pode identificar como homônimo o que é na verdade heterônimo. Esta heteronomia deriva de posições diferentes nas lutas de classes. Os bolcheviques são a expressão mais ou menos acabada do ponto de vista da burocracia. São, ideológica (leninismo) e organizativamente (partido comunista), expressão de uma fração da classe burocrática. Ao passo que os conselhistas, em sentido “restritivo”, são uma expressão teórica do movimento dos conselhos operários tal como se desenvolveu ao longo de grande parte do século 20<sup>5</sup>.

Não é porque um determinado autor escreveu sobre os conselhos operários que o torna conselhistas. Seus escritos sobre os conselhos operários podem inclusive colocá-lo no campo oposto ao sistema dos conselhos. O que é importante frisar é que as organizações criadas ao longo das lutas sociais dos séculos 19 e 20 são expressão das lutas de classes. O que os sindicatos e os partidos políticos se tornaram, sobretudo após a segunda guerra mundial, demonstra que são instituições que expressam os interesses de classe da burocracia sindical e partidária. Os conselhos operários, quando se formam, expressam os interesses de classe do proletariado. Deste modo, o uso das expressões forma-partido, forma-sindicato, forma-conselho é equivocado, pois não são mera forma, mas sim instituições determinadas pela natureza de classe que as constitui. As instituições partidárias, sindicais, o estado etc., não são compatíveis com os interesses revolucionários do proletariado, como quer indicar Martorano. Não são mera forma de organização que possa ser usada pelo proletariado. Em seu processo de luta, os trabalhadores forjam suas próprias organizações, que expressam seus interesses de classe, os conselhos operários foram, até hoje, sua forma mais desenvolvida.

A tese de Martorano, portanto, parte de uma escolha metodológica equivocada. Tal equívoco, novamente, tem a ver com a posição de classe expressa na elaboração ideológica do autor. Ao identificar autores notadamente anticonselhistas como conselhistas, isto permite-lhe aderir a proposições políticas que são contrárias às teses defendidas pelos autores conselhistas em sentido “restritivo”, segundo sua terminologia. Este é o caso de sua defesa do “socialismo como fase de transição”.

---

<sup>5</sup> Para uma análise da história desta corrente política, cf. nosso já aludido trabalho (MAIA, 2015) e o estudo de Viana (2015).

Absolutamente não nos compete aqui sintetizar, nem de modo caricatural, todo o debate em torno da assim chamada “fase de transição socialista”. Só a iremos considerar como Martorano toma a questão e a põe em debate. Para ele:

*Esse conjunto de elementos se insere na discussão sobre a natureza do socialismo, seja ele concebido enquanto um modo de produção específico ou apenas como uma formação social “de transição”. Para nós, o socialismo, devido a presença da luta de classes, é uma sociedade intrinsecamente conflituosa e não harmônica. Tal fato tem incidência direta sobre o sistema de conselhos e sobre o sistema partidário, além de relacionar-se diretamente com a disputa pela hegemonia (MARTORANO, 2011, p. 97). (grifos meus).*

Mais à frente, ele afirma:

*Essa formulação é inteiramente compatível com a concepção do socialismo enquanto uma sociedade essencialmente conflituosa, onde se trava uma luta de caráter antagônico entre classes sociais tendo em vista não apenas a conquista e a preservação de posições no aparelho de Estado, mas, sobretudo, a disputa envolvendo a transformação ou não das relações de produção, que são o seu verdadeiro fundamento. Ao lado das considerações anteriores, ela deve ser considerada como o quadro de referência para a nossa análise sobre a hegemonia. Quer dizer, se o proletariado pretende tornar-se a classe dominante e dirigente na construção do socialismo partindo não só de posições ocupadas no aparelho de Estado, mas, sobretudo de sólidos fundamentos socioeconômicos, ele precisa vencer a batalha pela revolucionarização das relações de produção capitalistas frente às outras classes e frações sociais. Sem isso, e sem a sua aliança com os camponeses e a nova intelectualidade, ele não conseguirá se afirmar como classe dirigente (MARTORANO, 2011, p. 101). (grifos meus).*

Algumas lições devem ser retiradas destas citações. Em primeiro lugar, ele toma o processo revolucionário como uma fase específica do desenvolvimento social. Se um “modo de produção específico” ou uma “formação social de transição”, ele não quer comprometer-se com uma afirmação categórica. Contudo, esta fase em específico, nem capitalista, nem comunista propriamente dita, em razão de suas características peculiares, carrega em si ainda um conjunto de antagonismos de classe. Nesta sociedade específica, em que a luta de classes ainda é uma realidade, o proletariado deve manter sua posição conquistada, ou seja, o aparelho de estado, além de buscar alianças com outras classes sociais. Ele cita os camponeses e a nova intelectualidade (está aqui explícito que Martorano toma o modelo soviético, ou melhor, toma o caso concreto de como se deu a tomada de poder pelos bolcheviques na Rússia como modelo de fase de transição socialista em geral).

Para que a luta de classes entre nesta fase revolucionária, ou seja, de transição do capitalismo ao comunismo, uma condição deve ser cumprida: a classe operária deve

tomar o poder de estado. Somente depois de efetuar esta tarefa, é que as demais se tornam possíveis:

Mantendo-se a diferenciação entre a luta travada na *esfera estatal* e luta travada na *esfera produtiva*, presente ao longo de boa parte da passagem do capitalismo ao comunismo, para nós a tese é a seguinte: *na transição socialista, a luta pelo poder político tem o papel de determinação em primeira instância e a luta pelo poder econômico tem o papel de determinação em última instância*. Como afirmamos em trabalho anterior, de forma modificada: “a luta política revolucionária de classe tem papel dominante sobre as demais práticas sociais, inclusive a econômica”, pois “graças a ela, os trabalhadores podem instaurar e consolidar o novo Estado, sem o qual as próprias relações de produção não podem ser transformadas e nem pode ser desenvolvida a política de *desestatização socialista* (...)” (MARTORANO, 2011, p. 115). (grifos meus).

Para Martorano, portanto, o socialismo é uma sociedade específica, marcada por conflitos de classe, mas na qual o proletariado já é a classe dominante. Uma condição para o exercício de sua dominação é a tomada do poder de estado, ou seja, “determinação em primeira instância”. Contudo, é insuficiente ao proletariado contentar-se em tomar o “poder político” e restringir-se a isto. É necessário ir além e consolidar sua dominação sobre o “poder econômico”, “determinação em última instância”.

É dentro deste quadro que Martorano insere seu problema de pesquisa, que consiste em responder ao seguinte questionamento:

Os conselhos operários podem tornar-se órgãos de representação da maioria social no socialismo, além de converterem-se em organismos dotados de *poderes político, administrativo, econômico, militar e cultural*, contribuindo para a passagem de uma democracia mais participativa, porém ainda representativa, a uma democracia direta? (MARTORANO, 2011, p. 39). (grifos meus).

Martorano compartilha a tese segundo a qual os regimes autoidentificados como “socialismo real” são na verdade um capitalismo de estado. Os regimes soviéticos, leste europeu etc. não se constituem, segundo sua apreciação, como fase de transição socialista. A denúncia de que tais sociedades eram capitalistas estatais é já bem sedimentada e não seria realmente prudente tomá-las por outra coisa. É por isto que a análise de Martorano sobre o significado dos conselhos operários torna-se problemática. Faz recuar a teoria acerca dos processos revolucionários em mais de um século.

Para ele, as nacionalizações, a estatização dos meios de produção não é o fundamento em si da fase de transição socialista. Consiste tão-somente na primeira iniciativa dos trabalhadores no caminho do “socialismo”. A estatização é condição

indispensável, mas não única. Se se para neste estágio, corre-se o risco de, ao invés de entrar propriamente na fase de transição ao comunismo, constitui-se, na verdade, um novo tipo de capitalismo, o capitalismo estatal, no qual uma burguesia de estado se apropria do mais-valor extraído do proletariado. Diferentemente do capitalismo privado, no qual a classe capitalista é fracionada em inúmeros capitalistas individuais ou sociedades por ações, no capitalismo estatal, a burguesia se unifica no aparelho monstruoso de estado. Eis aí, segundo sua apreciação, um dos cuidados que o nascente “estado socialista” deve tomar: evitar tornar-se uma propriedade da burguesia de estado. Martorano entende a transição socialista como um período de intensos conflitos de classe, no qual, portanto, a luta política é fundamental.

Iniciado o processo revolucionário ou como ele denomina: “momento de crise revolucionária”, para que o proletariado prossiga em sua luta pelo estabelecimento da sociedade sem classes, deve tomar o poder de estado. Como se daria esta empreitada? Quem ocuparia o poder no estado?

Como já anunciamos, mas retomaremos mais à frente, é insuficiente restringir-se a tomar de assalto o poder de estado. É necessário um conjunto de outras medidas de caráter “econômico”, sobretudo, para que os trabalhadores, os produtores diretos, ampliem cada vez mais seu poder no conjunto da sociedade. Contudo, nesta fase de transição convivem dois sistemas: o político partidário e o dos conselhos operários. Martorano dá a entender que existe uma certa tensão entre ambos, mas ao mesmo tempo defende que caminham ambos para o mesmo rumo: o comunismo, a sociedade sem classes e sem estado.

Para ele: “Como dissemos, a democracia socialista funciona apoiada em dois sistemas: o dos conselhos e o dos partidos, que disputam no interior dos primeiros a direção política pela construção do socialismo” (MARTORANO, 2011, p. 70). Martorano defende, no regime de transição, o pluralismo partidário. Segundo argumenta, o sistema de partido único, que imperou em todas as experiências de capitalismo de estado ao longo do século 20 não conduziu a uma ampliação da “democracia socialista”, pelo contrário, tornaram-se cada vez mais burocráticos, conduzindo ao poder econômico e político da burguesia de estado. Mas mesmo fazendo esta ressalva, sua tese ainda permanece problemática, pois sua análise do problema organizacional: se partidos ou se conselhos

operários não analisa a natureza de classe de cada uma destas organizações. Não é porque o partido coloque em sua bandeira a marca de comunista, socialista, revolucionário etc. que tal instituição realmente caminhe para isto. Uma análise concreta das instituições partidárias nos conduz inevitavelmente ao ser de classe destas instituições. Não basta, portanto, a boa intenção de seus militantes, nem muito menos a redação de programas mais ou menos radicais. Os partidos políticos são organizações burocráticas que almejam a conquista do poder de estado, seja pela via eleitoral ou pelo golpe de estado. Por serem organizações fundadas na divisão entre dirigentes (chefes) e dirigidos acabam por constituir internamente uma relação burocrática que os constitui.

Martorano não identifica nas duas organizações: partidos e conselhos operários, expressão dos interesses de classes sociais distintas. Defende, na verdade, que os dois sistemas devem colaborar na construção da “democracia socialista”. Apresentando as dificuldades que terão os trabalhadores em aumentar cada vez mais e consolidar sua “participação” no sistema socialista, Martorano aponta as seguintes dificuldades que enfrentarão os trabalhadores: 1) Poder e influência das antigas classes dominantes, que embora tenham perdido o estado ainda tem dinheiro, influência cultural etc.; 2) Possibilidade concreta de surgimento de uma nova burguesia de estado (cita o exemplo da URSS); 3) Permanência ainda durante a transição de burocratas, especialistas e representantes políticos sem “controle social”. Essa “camada” pode se desenvolver mesmo dentro dos conselhos; 4) Desenvolvimento de um corporativismo por parte dos trabalhadores que pode ocorrer em decorrência da permanência da divisão do trabalho; 5) Aumento do dualismo operários X vanguarda socialista (MARTORANO, 2011, p. 131/133).

Sobre este último ponto, afirma:

*Em quinto lugar, o aumento e a consolidação do dualismo entre os partidos socialistas e o conjunto dos trabalhadores. Se as vanguardas socialistas deixam de representar a classe operária, não conseguindo mais expressar em seus programas e em sua prática política a correspondência entre os seus interesses imediatos, mediatos e de longo prazo com as tarefas de construção do socialismo, os trabalhadores perderão um importante meio de travar a luta pelo fortalecimento de sua dominação, o que se refletirá na atividade dos conselhos. A ligação entre partidos e trabalhadores está longe de ser resolvida com a ideia da outorga de poder dos segundos para os primeiros, como se fosse um cheque em branco em favor das vanguardas políticas. Essa ligação é um objetivo que se põe e repõe constantemente ao longo de toda a transição até quando a forma partido for necessária, e envolve não só a correta compreensão sobre mudanças na conjuntura como também a adoção de medidas*

específicas na construção socialista. Em suma, a ligação entre ambos pode se romper, e a relação que era de identificação, de representação ou de delegação pode se transformar em distanciamento ou oposição (MARTORANO, 2011, p. 133/134). (grifos meus).

O século 20 é a testemunha mais cruel contra a tese das “vanguardas socialistas”. A prudência de Martorano ao considerar a relação partidos políticos/conselhos operários é bem compreensível. Agora os partidos e os “intelectuais pequeno burgueses” não são mais a “ponta de lança”, o “timoneiro” inquestionáveis da revolução como as tendências bolcheviques, maoistas e outras da mesma estirpe defendiam. Todo o conjunto de conflitos em inúmeras oportunidades (revolução russa de 1917, revolução alemã de 1918, as várias insurreições dentro do capitalismo de estado – Hungria em 1956 e 1968, Polônia em 1980 etc.) demonstram que não existe uma relação tão harmônica assim entre vanguarda e classe operária. Martorano sabe disto e é, portanto, constrangido a apresentar tal relação como potencialmente conflituosa.

Contudo, o que está em jogo em sua elaboração é a colocação de que o rompimento deve se dar somente se a vanguarda deixar de representar os interesses dos trabalhadores. Se não deixar, tudo está em perfeita ordem. É este ponto que devemos refutar com veemência no século XXI. Efetivamente, as assim autoproclamadas vanguardas durante toda a história do século XX foram sempre um empecilho ao desenvolvimento autônomo do proletariado enquanto classe autodeterminada. O estudo de Maurice Brinton (1975) demonstra no caso da primeira fase da revolução russa, de fevereiro de 1917 a março de 1921, todo o conflito de interesses entre conselhos operários e partido comunista russo. O caso mais grave de tal conflito culmina com a eliminação física dos marinheiros do estaleiro de Kronstadt, bem como dos camponeses e anarquistas na Ucrânia.

O que Brinton faz neste estudo é demonstrar passo a passo, desde a insurreição de fevereiro de 1917, a ascensão do partido comunista e como isto ocorreu num conflito permanente entre as esferas organizativas existentes na Rússia de então: os partidos, os comitês de fábrica, os conselhos operários, os sindicatos, o estado, governado pelos bolcheviques desde outubro de 1917, eram todas organizações que disputavam o espaço político na Rússia. A tensão entre estas instituições não derivava, segundo análise de Brinton, de a vanguarda ter deixado de “representar” os trabalhadores de maneira adequada, mas sim, de a vanguarda ter se comportado como vanguarda, ou seja, dirigindo

e controlando os trabalhadores de todos os modos possíveis: a) eliminando a oposição interna do partido – os grupos Oposição Operária, Verdade Operária etc. ; b) eliminando as oposições externas por meios militares e violentos – Kronstadt, Ucrânia etc. ; c) utilizando o estado socialista para ir implantando todo um sistema regulatório que submetia os conselhos, os comitês, as fábricas etc. ao estado. Trata-se, neste exemplo clássico de contrarrevolução burocrática, de uma luta encarniçada entre organizações operárias (conselhos operários, comitês de fábrica etc.) e instituições burocráticas (partido político, estado socialista etc.). Brinton vê o fim da verdadeira experiência revolucionária na Rússia em 1921, quando da realização do X Congresso do Partido Comunista, ocasião na qual estabeleceu-se a ditadura do partido único, bem como eliminou-se toda oposição interna e externa do partido. É neste mesmo espírito que se pode entender a afirmação de Pannekoek (1977), segundo a qual para se encontrar a verdadeira experiência revolucionária na Rússia, seria necessário retroceder ao período anterior a outubro de 1917 quando os bolcheviques ainda não tinham tomado o poder de estado e nem acreditavam que tinham a força adequada para tal.

Esta oposição entre partidos políticos e conselhos operários também fica muito evidente na revolução alemã de 1918 a 1923. Trata-se de uma experiência revolucionária pouco citada entre a esquerda brasileira, mas as implicações que surgiram dali nos são úteis até hoje. O conflito entre os vários partidos que surgiram desde a bancarrota da socialdemocracia alemã quando da aprovação dos créditos de guerra em 1914, momento no qual quase todos os deputados socialdemocratas votaram a favor da aprovação de verbas do estado alemão para a primeira guerra mundial. Dos deputados socialdemocratas, somente Otto Ruhle e Karl Liebknecht se posicionaram contrários. Não é estranho que o segundo fará parte da esquerda espartaquista ligada a Rosa Luxemburgo e o primeiro será um dos principais representantes do Comunismo de Conselhos.

Na revolução alemã, o conflito entre partidos políticos e sindicatos contra os conselhos operários foi uma das questões mais reveladoras acerca da natureza de classe destas instituições. Tanto os partidos, quanto os sindicatos se opunham aos conselhos e estes só conseguiam efetivamente se afirmar como organizações autônomas e independentes quando agiam às expensas e muitas vezes contra as instituições sindicais.

Abstraímos aqui os conselhos que se corromperam e se burocratizaram, pois estes acabam por ceder e se envolver com as instituições burocráticas sindicais e sobretudo partidárias.

O que pretendo demonstrar com isto é que esta harmonia entre vanguarda socialista e conselhos operários não ocorre nas lutas radicalizadas do movimento operário. Na verdade, trata-se de organizações que expressam interesses de classe distintos. De um ponto de vista histórico, ou seja, analisando-se inúmeras experiências de revolução ao longo do século XX não se verifica esta unidade de interesses entre as vanguardas e as organizações de base dos trabalhadores. Também, de um ponto de vista teórico, pode-se observar que tal antagonismo deriva da natureza de classe de cada uma destas organizações. Se uma coisa nos ensinou o desenvolvimento das lutas sociais no século XX é o perigo da contrarrevolução burocrática. E esta é realizada justamente por aqueles que se passam como amigos do proletariado: partidos e sindicatos.

Como demonstramos em outro estudo (MAIA, 2015), o crescimento e integração dos partidos políticos e dos sindicatos à estrutura legal e institucional do capitalismo aumenta a divisão social do trabalho, desenvolvendo mais duas frações de classe da burocracia: a burocracia partidária e a burocracia sindical. Estas duas frações da burocracia são responsáveis pela gestão de recursos milionários, de imprensa, clubes de recreação, associações etc. criando uma camada de especialistas na gestão destas instituições com salários regulares e frequentemente mais elevados que o dos próprios trabalhadores aos quais julgam representar, com poder sobre estes trabalhadores, ou seja, com o poder de negociar e falar em seu nome. Esta classe cria, portanto, interesses próprios, colocando-se não ao lado, mas acima dos próprios trabalhadores.

Isto ocorre nos momentos de normalidade e de reprodução normal da sociedade burguesa. O que Martorano quer demonstrar é que estas instituições, as vanguardas socialistas, nos momentos revolucionários e durante toda a “fase de transição socialista” tem um importante papel a cumprir. Para nosso autor, durante a transição socialista é necessário que se crie mecanismos cada vez mais amplos de participação dos trabalhadores na gestão da sociedade. Só que os trabalhadores que saem diretamente do forno infernal do modo de produção capitalista não são ainda os seres humanos adequados para se fazer a gestão democrática da nova sociedade. Ele terá que aprender a fazer isto. Terá que alcançar um grau mais elevado e elaborado de “maturidade política”.

Segundo Martorano: “Tal maturidade seria o resultado de um grande trabalho realizado pelos conselhos e pelas vanguardas socialistas buscando o pleno desenvolvimento da solidariedade entre o conjunto dos trabalhadores (...)” (MARTORANO, 2011, p. 144).

Não seriam os conselhos operários os próprios trabalhadores organizados? Não há separação entre conselhos operários e operários. Se as vanguardas socialistas, como vimos, deixarem de cumprir este papel, ou seja, de expressar os interesses do proletariado, começa a surgir então um dualismo, uma tensão entre operários e partidos. Martorano, portanto, devido toda a experiência do século XX não tem uma visão mistificada, ou melhor, idolatrada (como era comum) do papel dos partidos políticos de vanguarda dentro do processo revolucionário. Mas mesmo assim, não abandona tais vanguardas como instrumentos de luta. Argumenta que *são justamente estas vanguardas, ou seja, os partidos políticos, que deverão arrancar das mãos da burguesia o aparelho estatal. Após conquistado o estado, é necessário ampliar cada vez mais a participação dos trabalhadores na gestão, tanto das empresas, quanto das coisas públicas. Até que os trabalhadores, através do sistema de conselhos, consigam fazer isto, a existência do sistema partidário e do estado é inevitável.*

A transição socialista consiste justamente no entendimento claro deste processo. E a democracia socialista consiste em ampliar cada vez mais o “poder dos conselhos operários”, sua relação mais ou menos tensa com o sistema partidário e o estado socialista.

Para Martorano:

*A forma política socialista – da qual os conselhos seriam expressão fundamental, embora não exclusiva -, só pode se manifestar em toda a sua plenitude ao longo da transição, exatamente como resultado da socialização econômica e política, especialmente considerando-se, como já dissemos, que essa forma depende da política adotada visando a construção do socialismo. Se essa construção for entendida como a adoção de medidas buscando o planejamento e o desenvolvimento econômicos por meio dos conselhos até a superação das relações de produção capitalistas e o surgimento de forças produtivas socialistas, além do combate pelo fim do Estado, então a busca por sua concretização condicionará o aparecimento e os contornos específicos da forma política no socialismo. E o seu conteúdo é condicionado por uma nova relação entre a estrutura econômica e a nova superestrutura jurídico-política socialistas, enquanto continuam separadas (MARTORANO, 2011, p. 146). (grifos meus).*

O elemento fundamental da “forma política do socialismo” são os conselhos operários. Contudo, não são exclusivos. Ao lado deles convivem na “fase de transição” o sistema partidário, os sindicatos e o próprio estado socialista, além, obviamente dos

resquícios da sociedade burguesa. Há, deste modo, uma reconfiguração da luta de classes e os conselhos operários, ao lado dos partidos e do estado deverão conduzir a sociedade ao fim das classes e do próprio estado. A “nova estrutura jurídico-política socialista”, ou seja, o estado sob controle dos “operários”, é expressão desta nova “estrutura econômica” que começa a ser gestada. Pois, de acordo com Martorano: “não se trata de uma relação do Estado-sujeito sobre os trabalhadores-objeto” (MARTORANO, 2011, p. 144). Ou seja, o estado socialista, conquanto ainda seja uma estrutura política separada dos trabalhadores, não é uma estrutura de dominação sobre os trabalhadores.

Para coroar sua análise sobre o estado socialista, conclui:

O fim do Estado orienta toda a atividade dos conselhos desde o seu início. E a luta por esse objetivo condiciona não apenas a própria formação da ditadura do proletariado enquanto um semi-Estado – isto é, enquanto um Estado voltado para a redução contínua e permanente de seu aparelho em favor do autogoverno dos produtores diretos -, como também a constituição da democracia socialista na passagem para a democracia direta (MARTORANO, 2011, p. 149). (grifos meus).

Não podemos mais aceitar este tipo de argumentação. Martorano propõe unicamente um bolchevismo temperado com os fracassos do século XX, misturado com as críticas basiladas nas experiências em que os conselhos operários tiveram grande significado. Toda a tradição de autores e tendências políticas que realizaram uma crítica radical ao bolchevismo como prática política e como ideologia (leninismo) aportam suas análises em estudos mais ou menos minuciosos do significado político dos conselhos operários. O estabelecimento destas organizações em todas as experiências revolucionárias do século XX é um atestado de que o proletariado, enquanto classe autodeterminada, apresenta a tendência a desenvolver suas próprias organizações em oposição às instituições estabelecidas (sindicatos, partidos, estado etc.). Não se trata, de nossa parte, de ter uma concepção fetichista da classe operária. Pelo contrário, estamos aqui a tratar do momento em que o proletariado começa a se colocar como classe autônoma, independente, autodeterminada no cenário político das lutas de classe. Ele só pode fazer isto quando desenvolve suas próprias formas organizacionais. Quanto mais avança sua organização e, portanto, sua luta, mais avança também sua consciência de classe. No proletariado, a consciência de classe não é algo separado da organização e luta de classes.

Embora Martorano faça uso de algumas terminologias: “autogoverno dos produtores”, “conselhos operários” etc., a tese que defende é exatamente a mesma que defendiam os bolcheviques antes e depois da revolução russa. Martorano simplesmente faz uma autocrítica limitada, pois não avança em relação às posições que se colocaram durante algumas experiências revolucionárias do século XX como antípodas. Sua tese se estrutura em torno dos seguintes pontos: a) da tomada do poder de estado durante o processo revolucionário; b) do uso dos partidos políticos como instrumentos adequados à luta revolucionária; c) do uso dos sindicatos como instituições da luta de classe operária; d) da defesa de que é necessário se estabelecer um estado de transição que tenda para seu fim.

Estas teses foram superadas pela própria luta de classe operária. Quando os trabalhadores se radicalizam e criam suas próprias formas de organização, às quais eles controlam, tanto os partidos políticos, quanto os sindicatos e o estado se tornam completamente obsoletos como formas de ação da classe operária.

É óbvio que quando os trabalhadores recuam e se recolhem ao cotidiano frio do modo de produção capitalista, também o realismo das instituições sindicais, partidárias e estatais prevalece. Não é disto que se trata o nosso debate. Tanto Martorano quanto nós estamos a tratar do período revolucionário, ou seja, aquele momento no qual a classe operária e demais classes oprimidas assumem o leme de suas vidas e conduzem num conflito mais ou menos violento os rumos de suas ações políticas. Nosso ponto de tensão e discordância com relação a Martorano é ele trazer para o debate político-revolucionário de hoje teses que a classe operária já superou concretamente em vários momentos históricos.

Além desta negação concreta da classe operária, também toda uma produção teórica foi elaborada ao longo de várias décadas e se desenvolve até hoje, demonstrando o conservadorismo das teses de Martorano. Não convém aqui analisar cada uma delas, mas somente apontar sua existência, cujo leque é ainda maior do que o aqui exposto: a) o Comunismo de Conselhos, no sentido restritivo de que falou Martorano: Anton Pannekoek, Otto Ruhle, Herman Gorter, Paul Mattick etc.; b) o Bordiguismo, cujas expressões mais consistentes são Jean Barrot, Denis Authier, François Martin etc.; c) O grupo Socialismo ou Barbárie de C. Castoriadis e outros; d) alguns elementos do Situacionismo com Guy Debord

e outros; d) O coletivo Movimento Autogestionário<sup>6</sup>, com as produções de seus militantes, sobretudo os textos de Nildo Viana. Há uma infinidade de outras correntes políticas e tendências próximas, mas bastam estas citadas de passagem para ilustrar a existência de um conjunto variado de correntes políticas e autores que sedimentaram uma crítica radical ao bolchevismo e socialdemocracia, bem como estruturaram todo um debate em torno do significado político dos conselhos operários em sua oposição às instituições burocráticas, a saber: partidos políticos, sindicatos e o estado propriamente dito, tanto capitalista, quanto socialista.

Há inúmeras divergências entre elas. Farei abstração disto aqui. O que interessa é demonstrar que *pari passu* ao desenvolvimento concreto da luta de classes proletária, com a formação de organizações que eles próprios criam no processo de luta cuja expressão mais desenvolvida são os conselhos operários, elabora-se também toda uma produção intelectual que vem *post mortem* tentando ajuntar os cacos e dar um sentido orgânico às lutas concretas desenvolvidas durante longos períodos de luta. O que há de comum a todas estas tendências é a rejeição do partido como instrumento de luta do proletariado, a aceitação de que os conselhos operários são as formas de organização e luta dos trabalhadores, bem como embriões da sociedade futura (esta tese é melhor desenvolvida e compreendida pelos comunistas de conselhos. Os bordiguistas, por exemplo, divergem um pouco disto). É comum também a todas elas a aceitação de que a conquista do poder de estado não é uma estratégia proletária, mas sim burocrática etc.

Martorano defende uma tese superada do ponto de vista da experiência histórica como o demonstraram em vários momentos as lutas operárias do século XX, bem como do ponto de vista teórico, como ilustram os exemplos listados acima. O fato de ainda hoje existirem produções ideológicas que sustentam tais teses é tão-somente a demonstração de que as classes sociais que almejam um capitalismo reformado, um capitalismo de estado, ainda soçobram nos dias de hoje.

A concepção de Martorano consiste, portanto, no seguinte: a) a transição socialista começa quando os trabalhadores tomam o poder político (estado); b) nesta fase, a luta de classes é uma realidade; c) nela, dois sistemas coexistem, o partidário e o de

---

<sup>6</sup> Conferir a Revista Enfrentamento, órgão de expressão política e teórica deste coletivo: [www.enfrentamento.net](http://www.enfrentamento.net). Mais informações também podem ser encontradas no site [www.movaut.net](http://www.movaut.net).

conselhos; d) o proletariado deve criar mecanismos de controlar a burocracia, que ele próprio criou ao tomar o poder de estado; e) para que ele consiga fazer isto, deve lutar pela socialização (econômica e política); f) para tanto, deve construir sua hegemonia e o fará mediante a ampliação da “democracia socialista”.

Veremos agora, como isto se configura, na verdade, como um *non sense*.

Como já afirmamos anteriormente, o problema se coloca para Martorano de um ponto de vista que remete, apesar de todas as tentativas dele em remendar as teses leninistas, aos mesmos imbróglis desta corrente e suas similares. A “crise revolucionária” para fazer avançar a revolução tem como condição em “primeira instância” a conquista do poder político, ou seja, a tomada do poder estatal e em “última instância”, a luta pelo poder econômico. Ao referir-se às experiências do século XX, a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e os processos do Leste Europeu (Iugoslávia), afirma que tais experiências não conseguiram fazer avançar a luta pelo “poder econômico”, burocratizando cada vez mais as unidades de produção, retirando assim o controle dos trabalhadores sobre os processos de trabalho.

Este é um limite que deve ser evitado. Assim, para que efetivamente a revolução triunfe, é condição a luta pela “socialização econômica”.

No caso da socialização socialista, mantendo-se por ora a diferenciação entre a esfera política e econômica, pode-se afirmar que a socialização econômica implica, na sua *forma*<sup>7</sup>, a estatização dos meios de produção e o controle dos trabalhadores diretos sobre os especialistas e administradores, ainda responsáveis por tarefas de direção no processo de trabalho e de produção. Já em seu *conteúdo*<sup>8</sup> assinalaria o momento em que os próprios produtores diretos realizassem tais atividades – como indicam os conceitos de “apropriação real” de Charles Betelheim (...), ou de “posse” de Etienne Balibar (...). Trata-se, então, a passagem de uma situação de controle ainda externo dos trabalhadores sobre o processo de trabalho e de produção para uma situação qualitativamente nova de controle interno, implicando o surgimento de novas forças produtivas (criação de novos meios de produção por eles mesmos), e assinalando a

---

<sup>7</sup> Para ele, forma: “(...) em primeiro lugar, é considerada como uma relação entre diferentes agentes que ocupam posições distintas e executam tarefas diferenciadas, seja no campo econômico, seja no campo político. Além disso, é preciso notar que a cada forma específica – econômica, política ou ideológica – estão ligadas às práticas sociais determinadas” (MARTORANO, 2011, p. 117). Acrescenta que a forma não é vazia de conteúdo, sendo ela na verdade expressão deste conteúdo.

<sup>8</sup> Define o conteúdo da socialização socialista como: “(...) a ininterrupta democratização do poder político, econômico e cultural no sentido da mais ampla autodeterminação popular” (MARTORANO, 2011, p.115). Este conteúdo está relacionado ao desenvolvimento dos conselhos operários, mas deve ir para as esferas do poder político (estado) e cultural.

vigência da autogestão operária da unidade de produção (MARTORANO, 2011, p. 117).

Entenda quem puder o raciocínio: em sua forma, a socialização econômica significa a estatização dos meios de produção, bem como a manutenção dos processos de direção e controle do trabalho nas mãos de diretores e especialistas “ainda” responsáveis pela gestão do trabalho. Contudo, do ponto de vista do conteúdo, significa o controle do processo de trabalho pelos trabalhadores diretos, que implica, necessariamente, a tomada da gestão do trabalho das mãos dos especialistas e diretores e do estado. Se a forma expressa o conteúdo, como pode ser possível em sua exposição o conteúdo contrariar a forma?

Outra interpretação possível, numa tentativa de salvar o raciocínio de Martorano seria: do ponto de vista formal, ou seja, numa primeira etapa da socialização, ainda seria necessária a manutenção dos diretores e especialistas controlando os processos de trabalho e a estatização dos meios de produção. Do ponto de vista do conteúdo, ou seja, num segundo momento, quando os trabalhadores já estivessem mais maduros para o processo político e para o controle do processo de trabalho, eles próprios passariam a gerir a produção, estabelecendo a “autogestão operária” nas unidades de produção. Isto implicaria na superação por parte dos trabalhadores tanto dos especialistas e diretores, quanto do próprio processo de estatização.

Contudo, o problema permanece, a definição e relação de forma e conteúdo exposta por Martorano não procede, pois também aqui a forma nega o conteúdo e o conteúdo contraria a forma. Logo, como se vê, em que pese toda a rebuscada elucubração de Martorano, sua tese se apresenta do ponto de vista teórico como um *non sense* e do ponto de vista político como uma proposição vanguardista temperada com uma certa autocrítica derivada das experiências revolucionárias do século XX.

Seguindo a concepção althusseriana de que as estruturas econômica, política e ideológica têm “temporalidades diferenciais” (MARTORANO, 2011, p. 122), argumenta que cada uma move-se de acordo com suas próprias dinâmicas, podendo sofrer interferências externas vindas das outras estruturas. Contudo, o tempo e a mudança de cada uma se opera, de certa maneira, com relativa autonomia uma em relação às demais. Vem daí sua máxima, que se repete ao longo do livro: a política é a determinação em “primeira instância” e a economia é a determinação em “última instância”.

Para que a “socialização econômica” avance e se consolide, é necessária em primeira instância a tomada do poder político, ou seja, a conquista por parte da vanguarda, ou seja, pelos partidos políticos (“revolucionários”, é bom que se frise), do poder de estado. Conquistado o estado pela “vanguarda socialista”, é necessário avançar o processo de “socialização política”, pois, argumenta, um dos grandes entraves para o desenvolvimento das revoluções do século XX (cita a Revolução Russa, a Revolução Chinesa, a “autogestão” na Iugoslávia) foi justamente o não avanço desta “socialização política”.

Permita-me aqui fazer uma longa citação, para que o próprio Martorano se explique:

*Em relação à socialização política, é necessário lembrar mais uma vez que a vitória da revolução política dos trabalhadores assinala apenas o início da transição. Isso significa que mesmo que os conselhos operários comecem a ser constituídos durante a conjuntura de crise revolucionária, precedente ao seu ascenso como forma dominante da organização estatal, a sua instauração não implica necessária nem imediatamente, que toda a antiga superestrutura jurídico-política possa ser substituída da noite para o dia. Tal concepção, guardada as devidas diferenças, seria equivalente à ideia de que a estatização dos meios de produção já representaria a sua socialização. Como nos mostra a análise histórica sobre as revoluções soviéticas e chinesa, entre outras, as antigas formas políticas capitalistas remanescem no período pós-revolucionário. Exemplo disso é a continuidade de comportamentos e de práticas políticas típicos da democracia burguesa, tais como: certa indiferença política, a ideia de que a política é uma ocupação exclusiva dos políticos profissionais etc. O conteúdo da socialização política tem então como objeto a transformação integral da antiga estrutura jurídico-política visando a emergência e a consolidação de uma nova, como condição indispensável para a consolidação da dominância de novas práticas políticas. Também aqui pode-se deduzir que ocorre a passagem da forma inicial do controle dos trabalhadores sobre a burocracia e seus próprios representantes políticos para o exercício das atribuições políticas, estatais e burocráticas por eles próprios, ou seja, o exercício da hegemonia operária não apenas pela via estatal, mas sobretudo pela via não estatal, marcando a vigência de uma autogestão em escala mais ampla (MARTORANO, 2011, P. 118) (grifos meus).*

Apesar de todos os esforços que ele realiza ao longo de sua exposição em criticar os “limites” das revoluções do século XX (seu destaque é para as revoluções Russa e chinesa), não consegue avançar um centímetro sequer em relação às antigas teses bolcheviques (e também, em menor grau, socialdemocratas) já devidamente criticadas por

vários autores<sup>9</sup>. Seu esforço em fazer autocrítica, considerando os “fracassos” das vanguardas e dos estados socialistas advindos das várias experiências, não o leva a fazer um rompimento com as teses tradicionais alicerçadas na ideologia e na prática dos vários partidos e tendências vanguardistas.

Do que vimos acerca da “socialização econômica”, aparece de modo muito mais claro em sua elaboração do processo de “socialização política”. Para que o processo revolucionário avance, é condição, determinação em “primeira instância” a tomada do poder estatal pelas “vanguardas socialistas”. Sem este passo, segundo sua apreciação, o processo não avançará. Tomado o poder de estado, resta agora aos trabalhadores (organizados nos conselhos operários) regularem por meios não-estatais a burocracia estatal que acabou de se assenhorear do poder de estado. Veja que jogo difícil tenta jogar Martorano. Para que a revolução avance, é condição a tomada do poder de estado. Depois que o estado estiver sob o controle da classe operária, ou melhor, das vanguardas socialistas, ou melhor ainda, dos partidos políticos que lutam em nome da classe operária, é necessário que a classe operária, através dos conselhos operários articulem formas políticas de controle da burocracia estatal/partidária, que em tese deveria lutar por seus interesses. Ufa. É um circunlóquio sem fim.

Mas porque cargas d’água haveria de ser tão necessário a tomada do poder de estado pelas vanguardas socialistas para garantir, em última instância, o poder econômico da classe operária através de seus conselhos operários? Pela simples razão de que não ocorrerá da noite para o dia o engajamento político do conjunto dos trabalhadores nos processos de decisão política. Acontecida a revolução (leia-se, a tomada do poder de estado), os trabalhadores ainda permanecerão um longo período dominados política e culturalmente pelas concepções burguesas. É neste momento que o novo estado socialista de transição deverá atuar para fazer avançar a consciência política dos trabalhadores, bem como garantir por meios institucionais e militares o progresso da socialização econômica.

---

<sup>9</sup> Não é o objetivo deste trabalho realizar tal análise. Para tanto, remeto o leitor aos seguintes textos: (PANNEKOEK, 1973; 1977), (BERNARDO, 1991), (GUILLERM & BOURDET, 1976), (PANNEKOEK, KORSCH, MATTICK, 1976), (BRINTON, 1975), (MATTIK, 1977; 1978), (TRAGTENBERG, 1981; 1986; 2009a; 2009b 2011), (ARVON, 1984), (BARROT, 1977), (GOMBIN, 1972), (KORSCH, 1971), (RUHLE, 1975) (VIANA, 2008), (MAIA, 2015) entre vários outros.

Assim, da mesma forma que na “socialização econômica”, do ponto de vista *formal*, os trabalhadores devem inicialmente controlar os processos “políticos, administrativos, burocráticos” externamente, ou seja, devem criar mecanismos para controlar a burocracia que acabaram de colocar no poder. Com o prosseguimento da socialização política, do ponto de vista do *conteúdo*, os trabalhadores vão progressivamente se assenhoreando dos processos políticos, administrativos etc. até que tais funções não mais necessitem de burocratas socialistas experientes para as realizarem. Quando isto acontece, é o momento da dissolução completa do estado e entrada definitiva da humanidade no comunismo.

Tal como anteriormente demonstrado, do ponto de vista teórico, tal argumentação não se sustenta, se levarmos em conta a maneira como ele define as categorias forma/conteúdo. Proposto desta maneira, o conteúdo nega a forma na medida em que a forma se apresenta como uma reprodução do estado, da divisão do trabalho, da existência de especialistas burocráticos entronados no poder de estado etc. e do ponto de vista do conteúdo, significa a tomada pela classe operária dos destinos de suas vidas, de sua luta, de suas organizações etc. A ascensão da classe operária, para lembrar Marx, a *classe em si*, significa que ela não mais delega a outras classes os destinos de sua luta e de sua vida. Quando isto acontece, trata-se da negação das relações sociais dominantes e busca pelo estabelecimento de relações sociais novas. Isto não acontece reproduzindo-se as relações sociais velhas, já estabelecidas. É por isto que, do ponto de vista teórico, a proposição de Martorano é um contrassenso. Não se sustenta.

Também, como já demonstramos, do ponto de vista político não tem nenhuma inovação com relação às já existentes análises leninistas. Trata-se da mesma estratégia leninista de sempre. Conquistar o poder de estado, fazer avançar a revolução e depois lutar para que o estado deixe de existir. As inovações terminológicas e os pequenos balanços autocríticos feitos por Martorano a partir das experiências ocorridas no século XX não o isentam de reproduzir *ipsis literis* as teses já amarelecidas do leninismo. Pode-se argumentar, que problemas há em se alicerçar nas concepções leninistas? De um ponto de vista leninista, portanto, burocrático, nenhum problema. Agora, do ponto de vista proletário, há inúmeros problemas.

Não se trata aqui de mera disputa de sistemas “filosóficos”: “conselhistas”, “leninista”, “maoísta” etc. O que está em questão aqui são as relações de classe e o que cada uma destas correntes expressa em termos de interesses de classe. Como demonstrou Korsch (1971), uma análise marxista do marxismo, ou seja, a aplicação do materialismo histórico-dialético ao próprio marxismo revela que também o materialismo histórico expressa interesses de classe. Trata-se de uma teoria e de um método vinculados aos interesses de classe do proletariado enquanto *classe para si*, enquanto classe autodeterminada, ou seja, revolucionária. Portanto, o estudo do materialismo histórico-dialético em seu desenvolvimento histórico revelou, segundo os estudos de Korsch e de vários outros, que muito do que se chamou de marxismo durante o século XX eram, na verdade, outras expressões de caráter ideológico. O leninismo é o exemplo mais claro disto. Não é aqui o lugar para desenvolver a questão, mas o que coloca Korsch (1971) em sua *Anticrítica*, é que o pensamento de Lênin já não era efetivamente uma “expressão teórica do movimento operário revolucionário”. Pelo contrário, o pensamento de Lênin já se alicerçava em outra classe social: a burocracia do partido (socialdemocrata e depois comunista). Com o prosseguimento da revolução russa, o pensamento burocrático do leninismo tornou-se cada vez mais evidente, demonstrando os vínculos essenciais entre a concepção leninista e a burocracia estatal/partidária da URSS.

Durante o século XX, houve um avanço sem precedentes desta classe social. Em outro trabalho fizemos tal análise, considerando a burocracia sindical (MAIA, 2014), no qual demonstro como tal instituição é, no capitalismo contemporâneo, completamente incorporada à dinâmica institucional capitalista, sendo, sem sobra para dúvidas, uma instituição antiproletária. Isto vale também para as instituições partidárias. O nível de burocratização ao qual chegou o capitalismo contemporâneo exige de todas as instituições normalizadas e reguladas também o mesmo padrão de burocratização. Mas mais do que meramente se adequarem aos padrões burocratizantes e mercantilizantes dominantes hoje, a própria essência e objetivos da instituição partidária já a coloca em lugares perigosos para o desenvolvimento da luta proletária. Como demonstra Viana (2003), os partidos políticos são organizações burocráticas (ou seja, fundadas na divisão entre dirigentes e dirigidos), que almejam a conquista do poder de estado (seja pela via eleitoral ou insurrecional). A relação interna do partido é essencialmente burocrática, pois é

fundada em regulamentos já estabelecidos que dividem os membros do partido em dirigentes (líderes, diretores etc.) e dirigidos (os demais membros que não tem o mesmo poder de decisão dentro da instituição). Da mesma forma, a relação do partido com o conjunto da sociedade é também burocrática, na medida em que ele se coloca como o “líder da nação”, a “ponta de lança da revolução”, o “timoneiro da revolução” que conduzirá a nação à liberdade ou a classe operária ao comunismo.

Essa relação essencialmente burocrática revelou-se nos processos históricos das revoluções do século XX como um dos principais entraves ao desenvolvimento das lutas proletárias<sup>10</sup>. Para dar prosseguimento à análise, cito aqui parte de um debate que desenvolvemos mais detalhadamente em outra oportunidade:

Como já dissemos, a burocracia é uma classe social especializada em gerir as instituições. Trata-se, no capitalismo contemporâneo, de uma classe social extremamente vasta, comportando inúmeras frações (estatal, empresarial, eclesial, escolar, universitária, terceiro setor, partidária etc.). A burocracia sindical é mais uma destas frações. O fato de ser uma única classe, não implica que não haja conflitos de interesses entre suas inúmeras frações. A burocracia sindical de uma determinada categoria profissional (rodoviários, por exemplo) pode entrar em conflito com as burocracias estatal e empresarial que fazem a gestão dos transportes. O elemento central aqui é a posição que todas elas ocupam na divisão social do trabalho: gerir uma determinada instituição dentro da sociedade capitalista. Burocracia estatal: estado; burocracia empresarial: empresas capitalistas (fábricas, lojas comerciais, empresas de ônibus, bancos etc.); burocracia eclesial: igrejas; *burocracia partidária: partidos políticos; burocracia sindical: sindicatos.*

(...) Esta classe social, à medida que se cristaliza como um fragmento do conjunto social passa também a elaborar representações sobre si mesma. Estas representações se materializam em ideias complexas (ideologias), bem como em representações cotidianas menos elaboradas, em valores, concepções políticas etc. (MAIA, 2014, p. 109).

Considerando a coisa desta maneira, o leninismo e todas as suas derivações e dissidências não foi outra coisa senão uma ideologia da burocracia, contrariamente ao materialismo histórico-dialético que é, segundo expressão de Karl Korsch, uma “expressão teórica do proletariado revolucionário”. A luta de classes também se expressa no mundo da produção intelectual e nos dias correntes, o pensamento revolucionário deve ater-se não somente à crítica das ideologias burguesas, mas também e, sobretudo, à crítica das ideologias burocráticas. O pensamento leninista é uma das formulações mais acabadas

---

<sup>10</sup> Não é espaço aqui para desenvolver esta questão. Para tanto, remeto o leitor a (MAIA, 2015; 2014), (VIANA, 2012). Para uma crítica específica ao bolchevismo (PANNEKOEK, KORSCH, MATTICK, 1976).

desta ideologia burocrática. É por isto que consideramos as formulações de Martorano extremamente problemáticas, pois produz uma miscelânea tão grande que confunde autores e organizações típicos da burocracia, com autores e organizações típicos do proletariado. A tentativa de misturar “conselhismo” com “bolchevismo-leninismo”, tal como faz Martorano, só revela que o pensamento burocrático tenta, nos dias atuais, livrar-se de parte das desgraças que o constituíram durante todo o século XX<sup>11</sup>.

Como vimos, portanto, o pensamento de Martorano não corresponde a uma inovação teórica, mas sim, a uma tentativa de salvar as velhas ideologias leninistas/bolcheviques/”marxistas”-estruturalistas. Sua tese de socialização econômica e política não é outra coisa senão a velha tese da transição progressiva do socialismo ao comunismo, tese que justificou por décadas o domínio da burguesia de estado nos vários países em que dominou o tão propalado “socialismo real”, na verdade capitalismo de estado.

Além de remendar as teses vanguardistas, Martorano defende, no final das contas, uma concepção burguesa de revolução proletária.

Otto Ruhle (1975), em seu ensaio *Da revolução burguesa à revolução proletária*, apresenta uma diferença radical entre os dois processos revolucionários. Uma revolução, por definição, é um rompimento radical entre uma ordem social estabelecida e outra que se edifica sobre os escombros da anterior. As revoluções burguesas, em que pese todas as particularidades histórico-concretas nos mais diferentes países onde ocorreram, têm alguns elementos que permitem identificá-las enquanto tal. Em seu ensaio, Ruhle analisa as seguintes revoluções, classificando-as como burguesas: Portugal e Espanha, Países Baixos, França, Inglaterra, Alemanha e Rússia. Sim, a revolução russa foi uma das últimas revoluções burguesas. Ruhle (1975) aponta como elementos essenciais das revoluções burguesas: o controle do estado pela classe capitalista seja via parlamentar-liberal ou ditatorial; o sistema político-partidário; os sindicatos. Estas instituições (estado, partidos políticos e sindicatos) são a força por meio da qual historicamente a burguesia conseguiu fazer valer seus interesses de classe.

---

<sup>11</sup> Em pesquisa que está em andamento, estamos denominando esta tendência do leninismo contemporâneo de fazer autocrítica moderada e incorporar em seu sistema lexical, termos e conceitos vindos de outras tendências, de “neoleninismo eclético”.

Não tenho espaço para desenvolver esta discussão. Assevero, contudo, que Martorano não faz outra coisa senão conceber a revolução proletária a partir do que foram as revoluções burguesas. Seu pensamento não consegue apreender a radicalidade do projeto autogestionário. Seu pretense realismo ao propor uma gradualidade para o estabelecimento do comunismo, na verdade oculta os limites ainda burgueses de sua concepção de revolução proletária.

Afirma:

*Por tudo que se viu, a participação política da maioria é tanto uma condição funcional para o regime político socialista como também é indispensável para a consolidação do sistema de conselhos. Porém, por ela não se realizar de forma independente de um conjunto de outras variáveis, pode-se afirmar ela é uma das maiores apostas da passagem do capitalismo para o comunismo. Dessa maneira, a pergunta sobre a possibilidade do Estado socialista fomentar uma participação que possa levar ao seu desaparecimento nos remete a esse conjunto de variáveis. Ressalve-se, porém, que sendo de fato um Estado socialista, o aumento da participação é condição essencial de seu funcionamento, isto é, não é o Estado agindo sobre os trabalhadores como um órgão estranho a eles, mas são os conselhos operários a expressão viva de sua própria ação, que só podem se desenvolver na presença dessa ação e não de outra. Para usar uma metáfora, não se trata de uma relação do Estado-sujeito sobre os trabalhadores-objeto. (MARTORANO, 2011, p. 144) (grifos meus).*

Pela natureza de classe das duas formas organizacionais (conselhos e estado), pelas experiências históricas herdadas do século XX não é mais possível aceitar uma tal proposição. A suposta identidade (mesmo que conflituosa) entre conselhos e estado não ocorreu em parte alguma. Isso que Martorano apresenta simplesmente oculta o caráter irreconciliável entre burguesia e burocracia por um lado e proletariado por outro. Os dois “sistemas”, estatal e de conselhos, expressam interesses de classe antagônicos, projetos distintos de sociedade. A ideia de um “semiestado” é tão absurda quanto pensar um semipartido político, um semissindicato, uma semifábrica, um semibanco. As instituições expressam os interesses da classe que lhe dá forma, inseridas na totalidade social. Todas as instituições no capitalismo (empresas, bancos, estado, partidos, sindicatos etc.) estão envolvidas com a reprodução da totalidade da sociedade moderna. Contudo, cada uma destas instituições é gerida por determinadas frações da classe burocrática. Esta classe tem interesse em manter sua posição (isto varia de extrato para extrato) dentro da sociedade. Isto faz com que a burocracia torne-se uma classe auxiliar da burguesia, pois para manter seus privilégios e defender seus interesses, tal classe tem o interesse imediato em

reproduzir as relações estabelecidas. A longo prazo, seus interesses históricos são mais amplos e a burocracia pode se apresentar como classe autônoma visando superar a classe burguesa (veja o caso soviético, por exemplo)<sup>12</sup>.

Como já foi dito, após a tomada do poder de estado, “determinação em primeira instância”, os conselhos operários devem ampliar seu poder progressivamente em todas as esferas, sobretudo econômica, “determinação em última instância”. Para que isto realmente se efetive, é necessária uma ampliação progressiva da “socialização econômica” e da “socialização política”. Isto acontece, como vimos, com o sistema de conselhos controlando a burocracia e a vanguarda socialista (no âmbito das empresas e do estado) inicialmente de um ponto de vista externo para paulatinamente tornar supérflua a existência tanto da burocracia administradora quanto da vanguarda socialista. Se há uma potencial tensão entre conselhos e estado, Martorano reconhece que este é o risco que os trabalhadores devem correr para triunfar o processo revolucionário.

Como evitar uma autonomização intensa das instâncias superiores do estado em relação aos conselhos operários? Fortalecendo os mecanismos de participação dos trabalhadores nas instâncias decisórias. Como isto aconteceria?

Mas só isso não basta para estimular o surgimento de fortalecimento das instâncias de base. *Um elemento central para tanto seria o estabelecimento daquilo que a atual Ciência Política, referindo-se a experiências recentes de alguns países capitalistas, chama “instrumentos” de democracia direta, e que foram também aplicados nas formações sociais que iniciaram a transição socialista: a criação de leis a partir de iniciativa popular direta, os plebiscitos, os referendos, as consultas etc., envolvendo não apenas temas de interesse local e regional, como também temas gerais e nacionais. Com isso, o produtor direto enquanto tal seria chamado a participar do maior número possível de decisões, estimulando o debate público sobre a construção socialista (MARTORANO, 2011, p. 158) (grifos meus).*

Referendos, plebiscitos, consultas etc. são procedimentos por definição burocráticos típicos dos estados capitalistas democráticos. Nenhum ensinamento tem estas experiências para a construção da nova sociedade. Martorano quer encontrar nas práticas burguesas elementos para a edificação das relações sociais comunistas. Isto é um

---

<sup>12</sup> Uma análise do que poderíamos chamar de um “modo de produção burocrático”, no qual a burocracia suplanta a classe capitalista e estabelece uma nova forma de exploração pode ser observado na distopia de George Orwell, em seu famoso 1984. Isto, contudo, no plano histórico ainda não se efetivou e fica no máximo como uma possibilidade distante. As experiências de capitalismo de estado do século XX demonstram o caráter de classe auxiliar da burocracia. Em nenhuma das assim chamadas “democracias populares”, “socialismo real” etc. a burocracia conseguiu estabelecer outra forma de exploração além da exploração tipicamente capitalista, fundada na extração de mais-valor.

contrassenso. Em primeiro lugar, trata-se de uma instituição acima dos trabalhadores propondo algo aos trabalhadores (portanto, uma relação burocrática entre dirigentes e dirigidos). Em segundo lugar, tais mecanismos políticos foram concebidos dentro da lógica política dos estados modernos para atenderem aos interesses destas instituições. Em terceiro e último lugar, o processo revolucionário implica obrigatoriamente o esforço de criação de relações novas.

A generalização dos conselhos já é, por si só, a criação de relações sociais novas. Se há algum lugar para discutir os fundamentos da sociedade comunista, este lugar não é o estado e seus mecanismos, este lugar não são os partidos e os sindicatos, este lugar não são as relações existentes hoje nas empresas capitalistas. Este lugar é evidentemente a organização, a sociabilidade, a consciência etc. que se desenvolvem nas lutas dos trabalhadores. O erro de Martorano consiste em buscar o novo procurando-o nas velhas estruturas.

Um dos méritos dos Comunistas de Conselhos, em sentido “restritivo”, para lembrar a distinção que Martorano faz, foi procurar nos conselhos operários não só os órgãos de luta do proletariado (em oposição aos partidos e aos sindicatos), mas também os embriões da nova sociedade. Tal como Pannekoek (1975) afirma os conselhos não são uma forma pronta e acabada, mas sim um princípio e este princípio é o da autogestão operária de suas lutas, que cria as condições para a autogestão da sociedade futura. É na luta que os trabalhadores aprenderão a se organizar, que desenvolverão sua consciência, que aprenderão a gerir as empresas, os bairros, a cidade, a sociedade como um todo. Não é realizando plebiscitos e referendos que se “educará” o proletariado para o comunismo. Isto é um ponto de vista completamente burguês e burocrático. É na experiência de suas lutas, construindo novas relações sociais de produção, de sociabilidade, de organização da vida comunitária etc. que iremos encontrar as raízes do comunismo ou da autogestão social.

Segundo Martorano, a “transição socialista” será um processo longo e penoso no qual a classe operária deve buscar ampliar cada vez mais seu poder por meio dos conselhos. Nesta sociedade socialista (sim, é uma sociedade específica, com um tipo específico de luta de classes, de estado etc.):

(...) os trabalhadores não podem abrir mão de todo e qualquer meio legal que contribua para o controle da burocracia e dos representantes políticos

em busca da autogestão. Uma regulamentação jurídica pode representar mais um passo na consolidação de suas conquistas e o aumento de seus recursos políticos na luta de classes que caracteriza a transição socialista. Caso se conclua por sua não necessidade, os trabalhadores se privariam de importantes meios de luta (MARTORANO, 2011, p. 171).

E conclui, afirmando que:

*Guardada as devidas diferenças, o reconhecimento da legalidade no socialismo teria um papel semelhante ao da legislação do Estado burguês que prevê alguns direitos sociais e políticos aos trabalhadores nas condições do capitalismo. A legislação trabalhista, por exemplo, pode ser invocada nas ações coletivas desencadeadas pelas organizações operárias na defesa de seus direitos. No socialismo, a legalidade contribuiria ao menos para inibir a ação dos funcionários buscando dividir os trabalhadores, para colocá-los isoladamente, frente a uma burocracia mais organizada. Portanto, o seu significado político seria duplo: a) garantir novos meios de defesa dos interesses gerais e específicos dos trabalhadores frente ao próprio Estado; b) colaborar para a não atomização dos trabalhadores. Ela prescreveria direitos como garantia de trabalho e salário, de educação, de cultura, de moradia etc.; liberdade legal e material de reunião, de expressão e de organização para o exercício de qualquer atividade voltada para a construção do socialismo; eleição obrigatória dos diretores das unidades de produção, circulação, das universidades e entidades culturais etc. Além disso, a legalidade permitiria um melhor desenvolvimento do pluralismo partidário socialista estabelecendo claramente o modo de seu funcionamento em todas as instâncias do sistema de conselhos. Vale dizer, a discussão deve englobar também o modo de codificação jurídica das conquistas operárias na transição e questão de sua natureza provisória (MARTORANO, 2011, p.171/172).*

Como se vê, a transição socialista não seria outra coisa senão a normalidade burguesa sendo afetada pela presença dos conselhos operários. A única coisa realmente revolucionária que Martorano consegue identificar em sua “transição socialista” é a presença dos conselhos operários. Tudo o mais em sua tese não passa de reprodução dos elementos burgueses. Aquilo que Marx chamou de “limites intransponíveis da consciência burguesa” ao criticar os economistas clássicos, materializa-se aqui nas análises políticas de Martorano. No final das contas, ele não conseguiu abandonar o quadro burguês e burocrático de análise do processo revolucionário. Ele não fez a análise da revolução tendo por base a perspectiva proletária. Ao não fazer isto, conseguiu unicamente remendar a velha tese da “transição socialista” enriquecendo-a com as considerações sobre os conselhos operários.

Assim, no final das contas, a única coisa que ele realmente conseguiu foi domesticar os autores conselhistas em sentido “restritivo”. Em síntese, o trabalho de Martorano não tem nenhuma inovação teórica e do ponto de vista político está

envelhecido em mais de um século. A tentativa de unificar as teses conselhistas e proletárias com as ideologias bolcheviques e burocráticas produziu unicamente um ecletismo que não ultrapassa os limites mais elementares das ideologias políticas burguesas. Por isto, seu *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização* não passa de uma visão burguesa da revolução proletária.

### Referências

- ARVON, Henri. *A Revolta de Kronstadt*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BARROT, João. *O movimento comunista*. Porto: & Etc, 1977.
- BERNARDO, João. *Economia dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BRINTON, Maurice. *Os Bolcheviques e o Controle Operário*. Porto: Afrontamento, 1975.
- GORTER, Herman. *As lições das “Jornadas de Março”*. Revista *Enfrentamento*. Ano 10, n. 18, jul/dez. 2015. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf18.pdf>, acesso em 04/06/2016.
- GRAMSCI, Aantônio. & BORDIGA, Amadeu. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Porto: Afrontamento, 1972.
- GUILERM, Alain & BOURDET, Yvon. *Autogestão: uma mudança radical*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- KORSCH, Karl. *Marxismo y filosofia*. México/DF: Ediciones Era, 1971.
- MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2015.
- \_\_\_\_\_. *Os sindicatos: não há que conquistá-los, há que destruí-los*. Revista *Enfrentamento*. Ano 9, n. 16, jul/ago. 2014. Disponível em: <http://enfrentamento.net/enf16.pdf>, acesso em 04/06/2016.
- MARTORANO, Luciano. Cavini. *Conselhos e democracia: em busca da participação e da socialização*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MATTICK, Paul. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: Afrontamento, 1977.
- \_\_\_\_\_. *Rebeldes y renegados: la función de los intelectuales y la crisis del movimiento obrero*. Barcelona: Icaria, 1978.
- PANNEKOEK, Anton. *Los Consejos Obreros*. Madrid: Zero, 1977.

\_\_\_\_\_. *Lenin filósofo*. Córdoba/Buenos Aires: PyP, 1973.

\_\_\_\_\_. *La Idea de los consejos*. BRICIANER, Serge (org.). Anton Pannekoek y los Consejos Obreros. Buenos Aires, Schapire, 1975.

PANNEKOEK, Anton.; KORSCH, Karl.; MATTICK, Paul. *Crítica del bolchevismo*. Barcelona: Anagrama, 1976.

RUHLE, Otto. *Da revolução burguesa à revolução proletária*. Porto: Publicações Escorpião, 1975.

TRAGTENBERG, Maurício. *Reflexões Sobre o Socialismo*. São Paulo: Moderna, 1986.

\_\_\_\_\_. *Marxismo heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

\_\_\_\_\_. *Evolução da revolução russa de 1917 até hoje*. In: Teoria e ação libertárias. São Paulo: UNESP, 2011.

\_\_\_\_\_. *De Lênin ao capitalismo de estado – I*. In: A falência da política. São Paulo: UNESP, 2009a.

\_\_\_\_\_. *De Lênin ao capitalismo de estado – II*. A falência da política. São Paulo: UNESP, 2009b.

VIANA, Nildo. *Manifesto Autogestionário*. Rio de Janeiro. Achiamé, 2008.

\_\_\_\_\_. *A teoria das classes sociais em Karl Marx*. Florianópolis: Bookees, 2012.

\_\_\_\_\_. *Notas sobre história e significado do comunismo de conselhos*. Revista Marxismo e Autogestão. Ano 02, num. 04, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rma/article/view/9aviana4/324>, acesso em 29/02/2015.